

**HABEAS CORPUS Nº 540.504 - GO (2019/0313442-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : RONICLEY NUNES RIBEIRO  
**ADVOGADO** : RONICLEY NUNES RIBEIRO - GO037440  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : M F DE A  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ACUSADO. TIO DA VÍTIMA. VULNERABILIDADE DA VÍTIMA QUE ESTÁ EM TRATAMENTO MÉDICO. CÂNCER DE MAMA. VIOLÊNCIA RECORRENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **M F de A** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás no HC n. 5412794.13.2019.8.09.0000, assim ementado (fl. 66):

*HABEAS CORPUS*. ACUSAÇÃO DE ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. IDÔNEA FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

Demonstrado com clareza a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública e aplicabilidade da lei penal, encontra-se suficientemente motivada a medida extrema conforme estabelece a Constituição Federal, não havendo que falar-se em constrangimento ilegal. 2 - Ademais, se o crime em liça tem pena máxima superior a 4 anos, resta atendido o requisito do artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

3 - As teses de negativa de autoria e ausência de realização do exame (Teste de Rorschach) não comporta análise nessa via estreita do Habeas Corpus, por ensejar dilação probatória.

ORDEM CONHECIDA EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.

Narram os autos que o Juízo Criminal da comarca de Petrolina de Goiás/GO decretou a prisão preventiva do paciente em atendimento à solicitação de medidas protetivas de urgência pela vítima, sobrinha do acusado, em razão do cometimento do crime de estupro, nos Autos n. 201801480375.

Denegada a ordem, vem a defesa, por meio da presente impetração, apontar

constrangimento ilegal na segregação cautelar decorrente da ausência de denúncia e da ilegalidade da prisão preventiva para assegurar a investigação em vez da prisão temporária.

Indica o impetrante a *falta de pressuposto para a manutenção da prisão preventiva, tendo em vista a ausência da prática de crime ou a dúvida da materialidade* (fl. 5).

Alega *falta de diligência por parte do Ministério Público [não] ter observado a mudança drástica do termo de declaração disposto na folha 52 e 53 do inquérito n. 201900583024 em que a suposta vítima de estupro relatou no dia 16 de abril de 2019, que consentiu a relação sexual sem violência ou grave ameaça, contraditando drasticamente o alegado em seu primeiro depoimento quando denunciou o suposto autor* (fl. 5).

Diz que, *na nossa legislação Pátria, para uma conduta ser considerada como criminosa ela tem que ser tipificada, e a questão do sexo entre os dois parentes maiores de idade [...] pode ser uma conduta reprovável moralmente na nossa sociedade, mas não é ilícito penal* (fl. 5).

Sustenta que, *demonstrado que o incesto não é um fato típico e nem antijurídico, temos outro ponto que a respeitável decisão do MM Juízo a quo não abordou, foi que no novo depoimento, está explicitado que na conduta do ato sexual praticado pelos envolvidos, não houve qualquer tipo de violência, o que não foi levado em conta* (fl. 6).

Assevera que, *como ainda não há denúncia e o inquérito policial já fora concluído, e a prisão preventiva neste caso está se pautando para garantir as investigações, não resta dúvida da ilegalidade quanto a manutenção da preventiva para assegurar as investigações, haja vista o extremo excesso de prazo que se tem para a conclusão do inquérito e para o oferecimento da denúncia* (fl. 7).

A liminar foi indeferida.

Informações foram prestadas às fls. 94/124, o Ministério Público Federal emitiu

parecer pela denegação da ordem (fls. 128/132).

É o relatório.

Busca a impetração a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor de M F de A pela suposta prática do crime de estupro.

Extrai-se da decisão da prisão preventiva (fl. 34):

[...] De um lado, quanto ao *fumus commissi delicti*, as provas até então jungidas demonstram a existência do crime, assim como revelam indícios suficientes de autoria. Por outro lado, no tocante ao *periculum libertatis*, há de ser decretada a prisão cautelar do Representado com vistas à garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, mormente considerando-se que o Representado, tio da vítima, vive próximo a ela e frequenta sua residência, vez que é irmão de sua genitora.

Do pedido de revogação da medida cautelar formulado pela defesa, destacou o Magistrado de piso (fls. 15/16):

[...] Com efeito, são fortes os elementos de convicção colhidos pela Autoridade Policial durante a investigação do delito em apreço. É que a vítima em seu depoimento, mesmo muito abalada, declarou de forma clara e objetiva como os fatos ocorreram. Some-se isso ao fato de que o requerente está foragido, além de já ter respondido por crime semelhante (estupro de vulnerável) praticado contra sua enteada e por porte ilegal de arma de fogo.

Saliento, ainda, que o *modus* como ocorreu o delito evidencia a periculosidade social do Requerente, o que reforça a necessidade da manutenção de sua custódia preventiva, a fim de que seja assegurada a ordem pública, tendo em vista que o delito em questão causou grande comoção social, vez que a vítima está com a saúde debilitada, em tratamento de um câncer.

Ao que se observa dos autos, a prisão preventiva está fundada na garantia da ordem pública, tendo sido decretada em razão de *solicitação de Medidas Protetivas de Urgência* (fl. 33), destacando o Magistrado a necessidade da segregação, *considerando-se que o representado, tio da vítima, vive próximo a ela e frequenta a sua residência, uma vez que é irmão de sua genitora* (fl. 34), bem como ao fato de o réu encontrar-se foragido, demonstrando a necessidade da decretação da prisão para a instrução criminal, além de garantir a aplicação da lei penal, fundamentos idôneos a justificar a manutenção da segregação cautelar.

Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO. TEMA NÃO ENFRENTADO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. ILEGALIDADE DA PRISÃO. AUSÊNCIA DO ESTADO FLAGRANCIAL. PRISÃO EM FLAGRANTE RELAXADA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NOVO TÍTULO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. PRISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Não se conhece do alegado constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo da prisão, pois tema não enfrentado pelo Tribunal de origem, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância.

2. Decretada a prisão preventiva do acusado, não há que se falar em ilegalidade do flagrante, haja vista a existência de novo título a embasar a custódia cautelar.

**3. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada na periculosidade do acusado, que se aproveitou da condição de tio da vítima, uma criança de apenas 9 anos de idade, para a prática de estupro, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.**

4. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(RHC n. 71.208/MA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/8/2016 – grifo nosso)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTINUADO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DE LIBERDADE. FUNDAMENTOS DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA MANTIDOS. AUSÊNCIA DE NOVO TÍTULO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

**4. A prisão preventiva encontra-se suficientemente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão (i) da periculosidade do recorrente, evidenciada pelo modus operandi (o réu, aproveitando-se da condição de tio da vítima e de coabitar na mesma residência, praticou abusos sexuais contra ela, por diversas vezes, no período em que o infante tinha entre 8 e 10 anos de idade); e (ii) no risco de reiteração delitiva, porquanto o réu responde a outra ação penal pela prática de crime sexual contra criança. A prisão preventiva está fundamentada na garantia da ordem pública. Precedentes.**

5. Efetivamente, a superveniência de denúncia pela prática de novo abuso sexual contra criança - fevereiro de 2019 - demonstra a contemporaneidade dos motivos que justificaram a decretação da medida extrema.

6. Nesse diapasão, não se verifica ausência de contemporaneidade, quando forem indicados fatos novos para justificarem a custódia cautelar, tais como a existência de anotações penais por crimes da mesma natureza praticados posteriormente (HC 485.086/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 09/04/2019, DJe 24/04/2019).

7. As condições subjetivas favoráveis do recorrente, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

8. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

9. Recurso improvido.

(RHC n. 116.523/PA, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 24/9/2019 – grifo nosso)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TENTATIVA DE ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

**3. No caso, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na conveniência da instrução criminal e para assegurar a futura aplicação da lei penal, pois, desde que decretada a prisão preventiva, em 30/8/2000, o paciente não teria sido localizado, o que determinou, inclusive, a suspensão do processo e do prazo prescricional. Mesmo após constituir defensor e ser citado, em 2019, ele não foi encontrado para cumprimento do mandado de prisão, que continua pendente, estando em local incerto e não sabido.**

4. Não há falar em ausência de contemporaneidade entre os fatos e a prisão do paciente, eis que a prisão preventiva foi decretada à época dos fatos, no ano de 2000, e o paciente permanece foragido desde então.

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 528.740/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/10/2019 – grifo nosso)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ESPECIAL GRAVIDADE DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

2. No caso, a decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada na especial gravidade da conduta, pois o Paciente obrigou a vítima (à época com 14 anos de idade) a manter com ele relação sexual em duas ocasiões - consta na sentença que "a prática dos atos sexuais se deu mediante ameaças no sentido de que seriam pagos terceiros para bater na vítima acaso ela não consentisse com os atos sexuais" (fl. 273) -, e na possibilidade de reiteração delitiva. Essa situação revela a periculosidade do Réu, apta a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

3. Além disso, o mandado de prisão ainda não foi cumprido, encontrando-se o Paciente foragido. Necessidade da medida para a garantia de aplicação da lei penal.

4. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC n. 509.179/PE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 2/8/2019 – grifo nosso).

De mais a mais, como bem destacou a Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge, *a decisão que manteve a prisão preventiva do paciente encontra-se amparada na gravidade concreta do delito, revelada pelo modus operandi, já que o réu aproveitando-se da total vulnerabilidade da vítima e da sua impossibilidade de se defender, em razão do uso de fortes medicações para o tratamento de câncer, que a deixava totalmente debilitada fisicamente, violentou-a sexualmente, mantendo com ela conjunção carnal, sem o seu consentimento* (fl. 130).

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator